

Informação e propaganda no primeiro periódico português –a *Gazeta “da Restauração”* (1641-1647)¹

Jorge Pedro Sousa²

Resumo

Neste trabalho argumenta-se que o juízo do principal historiador da imprensa periódica portuguesa, José Tengarrinha (1989), sobre a feição propagandística do primeiro periódico português, a *Gazeta* alcunhada “da Restauração” (1641-1647), está correto. Embora não se possa reduzir o papel deste periódico noticioso à propaganda da restauração da independência de Portugal, depois de 60 anos sob a monarquia dual com Castela (1580-1640), e da nova casa reinante, a de Bragança, não é menos certo que, simbolicamente, os seus redatores batalharam para legitimar aos olhos dos leitores a aclamação de D. João IV como rei de Portugal. A propaganda da restauração da independência ocorre diretamente (por exemplo, através dos elogios a D. João IV) ou indiretamente (por exemplo, através do rebaixamento de Castela, do seu rei e dos seus aliados e pela colocação em evidência da sua alegada perfídia).

Palavras-chave: história do jornalismo; história da propaganda; Portugal; século XVII; *Gazeta “da Restauração”*

¹ Pesquisa apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e com cofinanciamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER. Projeto PTDC / CCI-JOR/110038/2009 e FCOMP-01-0124-FEDER-0114347.

² Doutor em Jornalismo (1997) pela Universidade de Santiago de Compostela com investigação pós-doutoral (1999/2000) realizada na mesma instituição. Agregado (livre-docente) em Jornalismo pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2008). Professor da Universidade Fernando Pessoa (Porto-Portugal).

Abstract

This paper argues that the judgment of the principal historian of the Portuguese periodical press, José Tengarrinha (1989), about the advertising feature of the first Portuguese newspaper, *Gazeta* nicknamed “da Restauração” (1641-1647), is correct. Although it can’t reduce the role of news to advertising the restoration of independence of Portugal periodic, after 60 years under the dual with Castile (1580-1640) monarchy, and the new ruling house, the House of Bragança, the fact remains that symbolically, their writers struggled to legitimize in the eyes of readers acclaim D. John IV as king of Portugal. The advertising of the restoration of independence occurs directly (for example, through the praise for John IV) or indirectly (for example, through the lowering of Castile, the king and his allies and the accentuation of its alleged perfidy).

Keywords: history of journalism; history of advertising; Portugal; seventeenth century; *Gazeta “da Restauração”*

Introdução

Em 1580, Portugal e Castela foram unidos sob um mesmo cetro por Filipe II (D. Filipe I de Portugal). A independência portuguesa foi reconquistada a 1 de Dezembro de 1640, graças a um golpe de estado que fez proclamar D. João IV, duque de Bragança, como rei de Portugal. A guerra com Castela que se seguiu duraria até 1668.

O processo da restauração da independência – não apenas militar, mas também político e diplomático – fomentou o aparecimento do jornalismo periódico em Portugal. A nova dinastia precisava de dispositivos que engrandecessem e legitimassem a sua causa perante as elites e o povo e perante os países estrangeiros, incluindo-se, aqui, os Estados Pontifícios, e um deles foi o primeiro periódico português, a *Gazeta* alcunhada “da Restauração” (HERCULANO, 1838, p. 101-102; TENGARRINHA, 1989, p. 38; CUNHA, 1941, p. 15-16; VERÍSSIMO SERRÃO, 1980, p. 170-172), publicada entre 1641 e 1647.

Pode considerar-se, assim, que Portugal não ficou à margem do movimento fundacional do jornalismo que ocorreu no século XVII, tempo em que os primeiros periódicos com características que se podem apelidar de jornalísticas se desenvolveram. Pode citar-se como exemplo a *Nieuwe Tijdinghen*, publicação periódica principiada em 1605 por Abraham Verhoven, em Anvers, que, iniciada como uma celebração dos feitos militares do arquiduque Alberto, governador dos Países Baixos, contra as tropas das Províncias Unidas, se diversifica e se torna um periódico noticioso, até desaparecer, em

1631 (já sob a denominação *Wekelijke Tijdinghen*), referenciada por várias histórias do jornalismo como o primeiro periódico a “ter” características de “jornal” (SÁNCHEZ ALARCÓN, 1994, p. 364; BRAOJOS GARRIDO, 1999, p. 24; JEANNENEY, 2003, p. 21; GÜRTLER, 2005, p. 37-38; SOUSA, 2008, p. 34). Pode também citar-se a importante *La Gazette*, de Théophraste Renaudot (1631-1663), que solidifica um modelo de jornalismo noticioso e reportativo, licenciado e censurado, misturado com propaganda (HAFFERMAYER, 2002), que Tengarrinha (1989, p. 38) considera ter servido de exemplo à *Gazeta* “da Restauração” (1641-1647) em Portugal.



61

Fig. 1 – O *Nieuwe Tijdinghen* que vários autores consideram ter sido o primeiro periódico noticioso com características de “jornal” e a *Gazette* de Renaudot, que, segundo José Tengarrinha (1989, p. 38), serviu de modelo à *Gazeta* “da Restauração” portuguesa.



Fig. 2 – A *Gazeta* “da Restauração” nas suas várias apresentações gráficas. O primeiro número da *Gazeta* “da Restauração” apresentava frontispício, que se perde logo no segundo número, à semelhança do que acontecia com a *Gazette* de Renaudot. A partir de Outubro de 1642, a *Gazeta* torna-se na *Gazeta de Novas*

Fora do Reino. A partir de Abril de 1643, a maioria dos números apresenta uma chamada para a informação mais importante, em jeito de “manchete” (no número de Janeiro de 1645, que serve de exemplo, a chamada focalizava-se nas cerimónias de entronização de um novo papa).

Partindo da hipótese de que o julgamento de José Tengarrinha, principal historiador da imprensa periódica portuguesa, sobre o papel propagandístico da *Gazeta* “da Restauração” está correto, este trabalho visa perceber de que forma a propaganda se insinuou no discurso do periódico e como os seus redatores construíram uma narrativa favorável à causa da restauração da independência do reino e à ascensão da dinastia de Bragança ao trono. Em concreto, procurou responder-se a uma pergunta crucial: Qual foi a moldura simbólica construída discursivamente para a ação do rei e do seu governo pela *Gazeta*? Isto é, qual foi a imagem sugerida pela *Gazeta* aos seus leitores quando em causa estavam a governação e os governantes do Reino no quadro da longa guerra pela independência que se travava com Castela, sobretudo na raia fronteiriça? Quais foram os argumentos avançados e os pontos de vista insinuados?

Para se responder às perguntas de investigação, fez-se uma leitura flutuante, embora sistemática, de todos os números da *Gazeta* e transcreveram-se, na íntegra ou parcialmente, algumas das matérias que melhor permitiam responder às questões de investigação, seguindo os procedimentos de análise qualitativa do discurso propostos por Sousa (2006, p. 343-376). Inferiram-se, através dos exemplos recolhidos, os enquadramentos simbólicos discursivamente sugeridos pela *Gazeta* para a luta pela independência, para a governação e para os governantes do Reino e, a partir desse ponto, procuraram-se deduzir quais as intenções dos respetivos enunciadores.

Resultados e discussão

No quadro 1, registam-se, através de alguns exemplos casuísticos, alguns excertos de texto e os pontos de vista – ou enquadramentos – propagandísticos sugeridos no discurso da *Gazeta*. Se bem que, só por si, não tornem a *Gazeta* um periódico meramente propagandístico, ilustram bem até que ponto – seguindo, aliás, o modelo da *Gazette* de Renaudot – a *Gazeta* metamorfoseou informação em propaganda, agindo, até, como instrumento direto de contrapropaganda em situações particulares.

Quadro 1

Enquadramentos simbólicos da propaganda da restauração da independência de Portugal nas matérias da *Gazeta* (1641-1647)

Tática propagandística	Excerto textual ilustrativo
------------------------	-----------------------------

Mostrar claramente que há dois lados, o <i>nosso</i> e o <i>deles</i> (<i>inimigos</i>)	Dos <i>nosso</i> s ninguém perigou. (Novembro de 1641, itálico <i>nosso</i>)
Mostrar claramente que há dois lados, o <i>nosso</i> e o <i>deles</i> (<i>inimigos</i>)	os <i>inimigos</i> , à maneira de comediantes num palco, não fizeram mais do que uma mostra (Agosto de 1645)
Mostrar claramente que há dois lados, o <i>nosso</i> e o <i>deles</i> (<i>inimigos</i>)	por mais que <i>nosso</i> s <i>contrários</i> finjam e escrevam (Agosto de 1645)
Ridicularizar o inimigo	O certo é que os inimigos, à maneira de comediantes num palco, não fizeram mais que uma mostra, saindo por uma porta e entrando por outra. Que destes e de outros semelhantes combates pudéssemos cada dia (...) fazer muitas (...) relações [de notícias]! (Agosto de 1645)
Denegrir os castelhanos pelo seu comportamento	Tendo Sua Santidade notícia que andaram em Roma tantos vagabundo que por certo respeitos causavam grande cuidado, sendo a maior parte (...) alguns castelhanos, mandou publicar que todos os que fossem destas nações saíssem no tempo de três meses de Roma e da sua jurisdição. (Outubro de 1642)
Denegrir os castelhanos pelo seu comportamento, impróprio de cavalheiros (até tratam mal as damas...)	No dia seguinte veio de Frascati o príncipe Casimiro para visitar a marchala de Guebriant, francesa, a qual, na volta da Polónia, onde foi de Paris acompanhar a Rainha da Polónia, quis por devoção vir a esta cidade [de Roma]. Os castelhanos lhe negaram o passaporte que pedia. Pouca cortesia foi tratar-se de tal modo uma senhora tão autorizada e virtuosa, mormente não se negando passaporte nenhum em França aos castelhanos que querem ir para a sua terra. (Setembro e Outubro de 1646)
Denegrir o comportamento dos castelhanos, cujos nobres são capazes de crimes que denotam falta de lealdade e quebra de confiança, com consequências terríveis para Castela	O marquês de Leganes está ainda preso, acusado de ter tomado o dinheiro destinado ao exército que estava no ano passado em Aragão, onde houve grandes motins (...). (Julho de 1643)
Realçar o valor dos portugueses, reconhecido até pelos inimigos, e revelar a alegada situação calamitosa em Espanha (embora com uma referência à inflação em Portugal – uma crítica sub-reptícia por quem sentia a escalada de preços ou um simples “excesso de verdade” na <i>Gazeta</i> ?)	No assalto de Alconchel, achou-se na algibeira de um castelhano uma carta que de Segóvia escreveu um amigo a outro, que vive em Albuquerque, e diz nela que se admira da ousadia com que os portugueses entram pelas fronteiras de Castela fazendo presas de grande estimação e fortificando-se cada vez mais (...), que por lá se diz que em Portugal valem todas as coisas excessivo preço e que o mesmo acontece em Castela, principalmente a prata, que corre a cem por cento (...) e discorre largamente sobre o aperto de Castela, realçando que tudo são lástimas, prantos, queixas, desgraças, roubos de fazenda [dinheiro], que ninguém tem a sua segura, e que agora se manda que todos os homens ricos comprem em prata dobre censos sobre as rendas reais. (Junho de 1642)
Evidenciar a perfídia do inimigo para com os portugueses que, apanhados desprevenidos pela Restauração, tinham ficado em Espanha	As vexações que em Castela fazem aos portugueses vão em aumento, principalmente na Andaluzia, onde prenderam muitos, entre os quais o capitão Jordão de Barros de Sousa padece calamidades. (Fevereiro 1642)
Evidenciar a perfídia do inimigo para com os portugueses que, apanhados desprevenidos pela Restauração, tinham ficado em Espanha	Em Madrid apertam com os portugueses e estão presos alguns por se quererem vir para Portugal. (Novembro 1641)
Evidenciar a perfídia do inimigo (nem os sacerdotes castelhanos são bons...)	Entre os galegos que vieram da Beira prisioneiros, veio um soldado castelhano, o qual diz que trouxera da sua terra umas poucas de patacas, que seu pai lhe havia dado para o caminho, e que quando chegara à fronteira, estando já para sair em campanha, fora ter com o cura do lugar e lhe deu as patacas, dizendo-lhe que as guardasse e que se ele morresse na guerra, ficariam para ele, com a condição que dissesse vinte missas pela sua alma, e que se escapasse, lhas tornaria outra vez a dar. Veio ao campo, travou-se a batalha, venceram os <i>nosso</i> s e trouxeram tantos castelhanos prisioneiros que foi necessário ao soldado untar a cara com sangue e meter-se entre os mortos, para não vir cativo como os demais. Desta maneira ficou no campo, até que o mesmo cura, a quem ele tinha feito depositário do dinheiro, veio a retirar os mortos, e logo

	que o soldado o viu, pegou-lhe na capa e muito mansamente lhe disse que estava vivo e que se fizera de morto para não o aprisionarem. Neste ponto olhou o cura para os nossos, que estavam perto, e defronte dele, e começou a dizer em altos gritos: "Senhores portugueses, aqui está um castelhano vivo entre estes mortos, acudam vossas mercês e levem-no, que eu não trago comissão para retirar vivos e não quero enganar a ninguém, que sou cristão e temo a Deus". Vieram os nossos e trouxeram-no preso, e o cura se foi para o lugar com os mortos e com as patacas. (Janeiro de 1642)
Mostrar a dissimulação dos castelhanos, mesmo nas negociações de paz e ainda que à custa de vidas humanas	Foram os mediadores ver o conde de Peñaranda, plenipotenciário de Castela, e lhe disseram que convinha que Sua Excelência respondesse às propostas que França tinha dado. Respondeu o embaixador que estava muito sentido, porque uns livros que tinha mandado vir de Itália não tinham chegado. Replicou-lhe o mediador de Veneza dizendo: "Senhor, esses livros que Vossa Excelência espera têm alguma conveniência para a paz?" Respondeu o conde que a paz tinha muito que cuidar e que ele cuidaria disso mais devagar. Com esta resposta, despediram-se os mediadores e cuidam os bem entendidos que morrem agora os castelhanos para se fazerem pazes e que disso grande argumento foi haver-se de tal modo o embaixador católico fingindo por soberba natural de sua nação não querer o que desejam notavelmente (Novembro de 1646).
Mostrar a crise castelhana	Num mês baixaram e subiram três vezes a moeda, com cuja baixa (...) perdera Castela 32 milhões e o estado em que hoje ficava era na prata a doze reais (...) cada pataca, os dobrões a 42 reais de prata (...). Fizeram umas moedas de prata a que chamam carinhão de um, dois e quatro reais de quartos e deitaram-lhe tanta liga que se quebraram todas, pelo que se recolheram. Para o exército da Flandres se fez assento, no princípio da campanha, de cinco milhões e trezentos mil cruzados, mas recambiaram as letras, por não quererem aceitá-las. (Setembro de 1643).
Evidenciar as desgraças castelhanas	Que dos navios da armada de Castela que se queimaram em Cádiz, o de Santo Domingo, e no molhe, o de São Francisco Capuchinho, e a capitânea Lansgrave, que eram navios cada um de mais de mil toneladas. (Setembro de 1643)
Realçar as derrotas de Castela	Tomaram os holandeses a capitania de Dunquerque e os franceses dois navios que o castelhano mandava com dinheiro para socorro de algumas praças. (Junho de 1645)
Mostrar a crise castelhana e personalizá-la na figura do rei de Castela	Pessoa digna de crédito que veio de Madrid afirma que El-Rei Dom Filipe havia gasto dentro de dez meses nas guerras de Portugal e suas dependências três milhões e trezentos mil cruzados. (Dezembro de 1641)
Mostrar a crise castelhana através das notícias de revoltas de outras nações contra Filipe IV	a maior parte das Índias [castelhanas] tinham negado a obediência ao Castelhano e (...) só um vice-rei havia por ele, havendo (...) grandes revoluções. (Março e Abril de 1644)
Mostrar a crise castelhana através das notícias de revoltas de outras nações contra Filipe IV, paralelamente ao que sucedia em Portugal	Aos 11 do corrente houve uma grande alteração popular na cidade de Cosenza na Calábria, na qual mataram um homem muito principal, cujo corpo foi arrastado pelas ruas (...), e prenderam alguns 40 mais, que favoreciam os espanhóis (...). O povo de Mileto tem também queimado (...) casas e a maior parte dos vassallos deste Reino tem posto cerco a seus senhores por quererem suportar o governo dos espanhóis. (Setembro de 1647)
Mostrar a crise castelhana, evidenciando a deterioração do clima interno do país	(...) as novas sabidas em Saragoça causaram tanta perturbação e dissensão entre os moradores que obrigou El-Rei de Castela a mandar lá a D. Pedro de Vila Nova, novamente provido no cargo de secretário de Aragão, a fim de apaziguar o povo com as esperanças da chegada de Sua Majestade Católica e obrigá-los a fazerem novas levas para engrossar o exército e opor-se ao nosso. (Setembro de 1643)
Mostrar a crise castelhana	É tal a falta de dinheiro em Castela, e a miséria tanta, que houve dia em que não se deu estado às damas. (Setembro de 1643)
Mostrar que o Rei de Castela apenas dá a guerra aos seus súbditos	As cidades de Aira e São Omer não quiseram este ano semear as suas terras, dizendo que (...) o Rei de França lhes daria pão, pois o de Castela não dava mais que guerra (Janeiro de 1645).
Mostrar que os castelhanos nem os aliados respeitam	Duas galés do Grão-Duque da Toscânia (...) tornaram aqui esta semana, porém muito descontentes dos ministros de Espanha, que os trataram em sua passagem pelos portos da Sardenha como se eles fossem seus inimigos. (Setembro de 1647)

Rebaixar a administração castelhana, em especial quando estão em causa soldados e nobres portugueses que combatiam nas fileiras de Filipe IV contra franceses e holandeses (e que manifestam o desejo de regressar por falta de soldo)	Que desde que vieram de Aragão, e três meses antes que fossem, o que vem a ser (...) dez meses, não pagam a nenhum português, e agora antes da vinda do dito conde de Miranda e de Estêvão de Brito Freire se fez uma junta, na qual entraram o duque de Villa Hermosa (...) só a fim de tirarem o socorro aos portugueses e se assentou nela (quando estes dois fidalgos queriam partir) que aos condes dessem a uns a terça parte, a outros a metade, e que os mancebos e soldados fossem servir que lhes dariam soldo. A Diogo Soares tiraram todo o socorro.
Mostrar a prosperidade portuguesa, cujos embaixadores se podem comparar no fausto aos do Sacro-Império (aliado de Castela) e que podem contar com a amizade francesa	(...) foi o bispo, acompanhado (...) do embaixador da França, em cujo palácio fica hóspede, enquanto na praça Naona se prepara o seu palácio, que custa cada ano de aluguer 1400 escudos e nele se hospedavam sempre os embaixadores da Alemanha. Fez o bispo uma grandiosa casa e está ordenado que vá para a quinta do papa Júlio e que dali faça entrada pública, para a qual se estavam acabando (fora muitos coches e galas), três librés, uma para o campo, outra para entrar em Roma e outra para entrar no sacro palácio.
Mostrar que a popularidade de D. João IV se estende ao estrangeiro	Pôs-se um retrato de El-Rei Nosso Senhor numa sala do palácio do embaixador de França, despovoando-se Roma para o ver, e todos os pintores faziam infinitas cópias, que se compravam para adornar as casas em Roma e mandar a outras partes. (Novembro de 1646)
Mostrar que a popularidade de D. João IV se estende ao estrangeiro	Mas nem por isso deixou o povo [de Roma] de se alvoraçar. Homens e mulheres andavam como doidos pelas ruas gritando <i>VIVA' L RE D. GIOVANNE L'Quarto</i> . (Fevereiro de 1642)
Mostrar que a popularidade de D. João IV se estende ao estrangeiro e é suficiente até para deter atos de pirataria	No segundo dia do mês entrou neste porto uma nau francesa, a qual (...) encontrou (...) uma nau de mouros que andava a corso e o pirata, depois de render o capitão, perguntou-lhe para onde fazia viagem, ao que ele respondeu que (...) era para a corte de El-Rei Dom João o Quarto de Portugal. Em consequência, mandou que nenhum soldado lhe fizesse agravo, logo lhe deu liberdade e sem lhe tomar de todas as mercadorias (...) mais do que um cunhete de passas e outro de figos, lhe disse que seguisse viagem, advertindo-lhe que em troca daquela fineza que usava com ele, não queria outro agradecimento senão que quando chegasse a Lisboa dissesse a El-Rei de Portugal que um capitão africano (...) o largara (...) somente porque lhe dissera que navegava para a corte do Sereníssimo Rei Dom João o Quarto de Portugal. (Abril de 1642)
Exagerar os feitos militares portugueses, rebaixando os do inimigo, contrapor o grande número de inimigos ao pequeno número de portugueses valentes e exagerar os danos infligidos, omitindo ou diminuindo os próprios.	Onze homens de Castro Laboreiro que estavam na trincheira viram no campo doze cavaleiros castelhanos que vinham em missão de reconhecimento e deram-lhes uma carga com que mataram sete, aprisionando os restantes, tomando-lhes as armas e os cavalos, e mandaram-nos presos a Valença. Vinham atrás destes cavaleiros trezentos infantas e sem saberem do que tinha sucedido aos batedores atacaram a trincheira, mas os onze mosqueteiros lhes deram cargas com que mataram alguns, e os demais fugiram, (...) [deixando] mortos e (...) cativos (...) 31. Dos nossos ninguém perigou. (Novembro de 1641)
Exagerar os feitos militares portugueses, rebaixando os do inimigo, contrapondo o grande número de inimigos ao pequeno número de portugueses valentes.	Envergonhados os castelhanos da ousadia com que os nossos entraram pelas suas terras quando foram à vila de Talavera, saíram ao campo e vieram marchando para Portugal até que chegaram à vista de Campo Maior. Rodearam a vila como se quisessem entrar, ou pelo menos fazer alguma presa. Porém, saíram-lhe quarenta cavaleiros, da gente do lugar, e pelejaram valorosamente com eles, mas como o partido era desigual mataram dos quarenta dezassete, e os 23 que ficaram foram continuando a batalha com bizarro coração até que os socorreu o terço dos holandeses, que a não ser isto sem dúvida perderiam ali todos a vida, porque os inimigos eram muitos mais, mas logo se retiraram, deixando no campo alguns mortos e feridos. (Dezembro de 1641)
Diminuir o inimigo	(...) os portugueses se socorrem tanto (...) da pena como (...) da espada, e assim por mais que nossos contrários [inimigos] finjam e escrevam, manifesta a verdade todos os seus triunfos se não-de converter em tumbas, todos seus troféus em fúnebres aparatos e todo o seu riso em amargo pranto. (Janeiro 1645)
Mostrar o favor de Deus e insuflar	mas aquele que quiser reduzir os seus pensamentos à gloriosa meta das vitórias e dos triunfos, tenha a mira no céu, que de lá de cima são guiadas

ânimo para o futuro	todas as nossas acções, com segurança tal que não podem deixar de ter felicíssimo fim. (Janeiro 1645)
Mostrar o favor de Deus para insuflar ânimo para o futuro	É coisa notável e muito para considerar que depois do encontro que os embaixadores de Portugal e Castela tiveram, das muitas balas que de parte a parte foram atiradas, naquele lugar, onde foi a pendência, se veem hoje clarissimamente, numa esquina, assinaladas cinco, em modo que representam as cinco chagas, armas do Reino de Portugal, que parece as estampou ali o Céu, por algum mistério oculto ao juízo dos homens. (Dezembro de 1642)
Realçar os êxitos imaginados ou reais da diplomacia portuguesa Restauracionista	Por carta de Londres de 28 de Maio de 1642 se sabe que no último consistório o Papa Urbano VIII fez uma prática sobre a feliz aclamação de El-Rei D. João IV e resolveu que o bispo de Lamego fosse recebido como embaixador. (Abril de 1642)
Realçar os êxitos imaginados ou reais da diplomacia portuguesa restauracionista	Regressou Francisco de Sousa Coutinho, que tinha ido por embaixador de El-Rei nosso Senhor ao Reino da Suécia. Foi recebido com grandíssimo aplauso e deixou as pazes confirmadas. E trouxe três naus de guerra de mais de trinta peças de bronze, cada uma com um fidalgo, que vêm a este Reino da parte da Rainha da Suécia para assistir nesta corte. E já falou a El-Rei nosso Senhor. Trouxe muita artilharia de bronze, grandíssimo número de corpos de armas, mosquetes e 30 cravina, uma embarcação carregada de pólvora e alguns cavalos. Deu-lhe a Rainha uma cadeia de ouro que pesa 330000, uma joia de diamantes com o seu retrato e a todos os que foram na sua companhia mandou dar uma cadeia de ouro, e escreveu a El-Rei nosso Senhor dando-lhe os parabéns pela Restauração do seu Reino e assegurando-lhe que <i>com tudo o que pode, e com a própria vida, se empregará sempre em seu serviço</i> [itálico nosso], e ultimamente lhe dá a sua palavra de que não fará nunca pazes com o Imperador, e que sendo caso que as faça será primeira condição que ele dará liberdade ao Senhor Dom Duarte (Novembro de 1641).
Realçar os êxitos imaginados ou reais da diplomacia portuguesa restauracionista	Logo alcançada a licença, com alvoroço e festa universal, entraram [os diplomatas portugueses] na Corte de Londres, acompanhados de quarenta e tantos coches, em que vinham todos os cavaleiros da Jarreteira e todos os senhores titulares. (Dezembro de 1641).
Realçar os êxitos imaginados ou reais da diplomacia portuguesa restauracionista	De Génova e de Veneza se diz que foi lá bem recebida a deliberação da nobreza de Portugal e que se resolve que não se dará socorro contra El-Rei Dom Filipe mas que será admitido o embaixador de El-Rei Dom João o Quarto. (Novembro de 1641)
Realçar os êxitos imaginados ou reais da diplomacia portuguesa restauracionista	(...) porque se juntaram os cardeais em consistório, e que se guardasse uma bula antiga de um papa, que por algumas ocasiões semelhantes de seu tempo, ordenou que a Santa Sé Apostólica admitisse e reconhecesse por Rei e Senhor aquele que estivesse de posse de seu Reino, gozando os frutos dele por um ano. (Outubro de 1642) Avisam de Roma que o Padre Santo assentou e decretou em pleno consistório que a pessoa que estiver aclamada e levantada do povo por Rei do Reino e estiver um ano de posse, dando obediência a Sua Santidade o Papa de Roma, será recebida e admitida e confirmada por Rei e filho da Santa e Católica Igreja Romana sem nenhuma contradição. (Outubro de 1642)
Conotar preparativos de defesa da Santa Sé com a atitude do embaixador castelhano junto do Papado e com o ataque preparado por este, em Agosto de 1642, aos representantes de Portugal	Depois do acontecimento que aos 23 do dito mês de Agosto houve aqui [em Roma] entre o embaixador de Portugal e o de Castela, foram postos guardas em muitos lugares e se dobraram os que estavam nas portas dela com grandes penas de não deixar entrar pessoa alguma suspeita em favorecer a parte de Castela. (...) Sua Santidade mandou (...) ver os muros, com ordem de os fazer reparar com toda a diligência, e mandou derrubar todas as casas que estivessem pegadas a eles, assim de fora como de dentro. Fez justamente meter no castelo de Sant'Angelo dois mil barris de pólvora e grande número de outras munições de guerra (...). Porque o pouco respeito que o embaixador de Castela mostrou no cometimento do de Portugal deu a entender que não esperava mais do que a ocasião (como muitas vezes entre os seus se havia planeado) de empreender a descoberto alguma ação contra Sua Santidade. (Outubro de 1642)
Conotar positivamente a aclamação de D. João IV	feliz aclamação (Abril de 1642)
Mostrar como D. João IV é	

reconhecido como Senhor dos seus súbditos portugueses (forma de tratamento usual da época)	El-Rei <i>nosso Senhor</i> (a expressão é repetida em quase todas as circunstâncias em que se faz referência a D. João IV)
Mostrar como o Reino é legitimamente de D. João IV, reconhecido como soberano por outros soberanos	[A Rainha da Suécia] escreveu a El-Rei nosso Senhor dando-lhe os parabéns pela <i>Restauração</i> do seu Reino.
Mostrar como o soberano legítimo D. João IV é reconhecido e aclamado até nos pontos mais distantes	No primeiro domingo da Quaresma, na Igreja de Santo Antão o Novo, disse o padre pregador aos ouvintes que dessem graças a Deus pelas boas novas que tivemos da Índia oriental, por um correio que veio a Itália por via da Pérsia, o qual não somente dizia que El-Rei nosso Senhor estava já naquelas partes aclamado Rei, com grande aplauso até dos príncipes mouros, mas também que andavam prósperas as armas portuguesas. (Março de 1642)
Mostrar como o soberano legítimo D. João IV é reconhecido e aclamado até nos pontos mais distantes	Veio de Goa à ilha Terceira uma naveta e outra de Onor à ilha de São Miguel. Dão algumas novas da Índia, entre as quais dizem que já em todas aquelas praças ficava aclamado El-Rei nosso Senhor. (Junho de 1642)
Mostrar D. João IV como bom administrador	Mandou El-Rei nosso Senhor que se devolvesse (...) o terceiro quarto dos juros, tenças e ordenados, que se pediu por empréstimo no ano de 1641, porque se tem achado que o dinheiro da décima e da vintena basta para a guerra. (Fevereiro de 1642)
Mostrar D. João IV como justo e capaz de administrar justiça	Segunda-feira foi El-Rei nosso Senhor à Relação. Propuseram-lhe o caso do meirinho da Armada e do escrivão, que furtaram uma [grande] quantidade de barris de pólvora. Saiu o meirinho condenado à morte e o escrivão, por se constar que não teve culpa, saiu solto e livre. (Janeiro de 1642)
Mostrar D. João IV como piedoso	O conde de Castanheira, que estava preso numa torre de Setúbal, pediu a El-Rei nosso Senhor que lhe mudasse a prisão porque estava indisposto e El-Rei nosso Senhor usando de sua <i>natural benignidade</i> o mandou trazer para o castelo de Lisboa. (Novembro de 1641, itálico nosso) [E mais tarde:] O conde de Castanheira, o conde de Vale de Rei e Gonçalo Pires de Carvalho estão já em suas casas. (Dezembro de 1641)
Mostrar D. João IV como generoso	Fez El-Rei Nosso Senhor mercê a um bisneto do Bandarra de uma capela ³ com que se pode sustentar suficientemente. (Dezembro de 1641)
Mostrar D. João IV como generoso para com os amigos de Portugal	Fez El-Rei Nosso Senhor mercê de mandar ao general da Armada da Holanda uma cadeia de ouro e um anel de diamantes. Ao almirante, outra cadeia e outro anel de igual valor e do mesmo feitio. E a cada um dos capitães (que eram dezoito) sua cadeia de ouro. (Dezembro de 1641)
Mostrar D. João IV repetindo, <i>com poder para tal</i> , atos de outros monarcas portugueses, nomeadamente do fundador da nacionalidade	Fez El-Rei Nosso Senhor mercê aos frades Bernardos da comenda de Alcobaça, assim como lha deu El-Rei D. Afonso Henriques. (Janeiro de 1642).
Num mundo de profunda credulidade e religiosidade, mostrar fantasiosamente o favor divino à causa da Restauração	Num lugar da Beira se afirma que um homem, ouvindo dizer numa conversa de amigos que na feliz aclamação de El-Rei nosso Senhor fizera o crucifixo da Sé o milagre, que a todos é notório, disse se podia acaso a imagem do Senhor despregar o braço, e assim que acabou de dizer estas palavras caiu uma parede junto da qual estavam todos os da conversa e só a ele matou. (Novembro de 1641)
Num mundo de profunda credulidade e religiosidade, mostrar fantasiosamente o favor divino à causa da Restauração	Na comarca de Miranda falou um menino mudo e disse: "Viva El-Rei Dom João IV" [aspas nossas]. Isto se sabe de certo e agora se está fazendo um instrumento de testemunhas por ordem da Sé de Miranda. (Fevereiro de 1642)
Conotação da Restauração com o nacionalismo, traçando paralelos entre a Restauração e a resolução da crise dinástica de 1383-1385,	No Chiado havia um paço de figuras de cera (...) o qual representa a paz que o Cristianíssimo Rei de França fez com o Sereníssimo Rei D. João IV, nosso Senhor, cujas armas o Céu faça prosperar e em cujo favor se arme o braço

³ Uma "capela", do latim *capella*, era uma subvenção anual por serviços prestados.

realçando a figura mitificada do herói nacional das guerras contra Castela, D. Nuno Álvares Pereira	divino, para que alcance tantas vitórias que iguale as do grande defensor da pátria o Santo Conde D. Nuno Álvares Pereira. (Dezembro de 1641).
Mostrar a determinação dos portugueses na defesa do seu país (até as mulheres combatiam)	Na Aldeia da Ponte, junto à vila de Alfaiates, perto da cidade da Guarda, deram os castelhanos de Ciudad Rodrigo, mas a gente do lugar tomou as armas. Acudiram à defesa até as mulheres. Pelejou-se com tanto valor que rechaçaram o inimigo, com alguns mortos e muitos prisioneiros. (Março de 1642)

Os resultados demonstram que os redatores da *Gazeta* “da Restauração” tinham uma percepção apurada das técnicas da persuasão propagandísticas, pois procuraram por vários meios legitimar o novo regime, congregar a nação em torno do novo rei e animá-la a resistir, ao mesmo tempo que procuravam denegrir e rebaixar Castela, enquadrando-a como nação inimiga, apesar da união que durante 60 anos tinha irmanado os povos ibéricos. Tal ação evidencia, ademais, que os governantes seiscentistas de Portugal já tinham uma percepção clara do *poder da informação*. Assim, na *Gazeta* usam-se recursos propagandísticos como:

- 1) A distinção entre o *nós* e o *eles*, *nós* e o *inimigo*. Apesar de tudo, a situação política era complexa e nem todos os portugueses apoiaram a ascensão da Casa de Bragança à soberania sobre o País e a aclamação de D. João IV. Para uma parte dos portugueses, nomeadamente para vários aristocratas e nobres, Filipe III de Portugal (Filipe IV de Espanha) continuava a ser o legítimo rei de Portugal e D. João IV um mero usurpador. No entanto, o redator da *Gazeta* enquadra sempre a situação com falsa clareza: há *nós* e há *eles*. Nós, os portugueses, eles, os castelhanos. As dissensões só pontualmente são referidas e sem se chamar a atenção para elas.
- 2) O apregoar do *isolamento* do inimigo (*eles* contra o *mundo*).
- 3) O *engrandecimento* dos próprios feitos e a *diminuição*, *supressão* ou mesmo deturpação dos feitos “deles” (as *meias-verdades*), provocando uma perspectiva forçadamente dissonante da realidade.
- 4) A *imposição de enquadramentos ideológicos*, defensores da causa independentista e da legitimidade do novo rei, às mensagens noticiosas, associando repetidamente ideias negativas aos castelhanos e aos respetivos aliados imperiais e ideias positivas aos independentistas rebeldes portugueses, aos independentistas rebeldes catalães (cuja luta era enquadrada como sendo similar à portuguesa – uma luta pela liberdade de uma nação), à Holanda e ao país que Portugal mais queria ver como aliado: a França.
- 5) A *repetição* dos enquadramentos nas mensagens ao longo do tempo (*eles* são “maus” e “opressores”, comparados *connosco*, “oprimidos que se libertaram”).
- 6) A *personalização* do inimigo, em particular na figura de Filipe IV e do conde-duque de Olivares, ou ainda na figura do Imperador, para que os ódios pudessem ser direcionados; e também a personalização de Portugal na figura de D. João IV, para que os amores pudessem ser direcionados.

7) O *enquadramento histórico*, visível, por exemplo, na evocação das vitórias de D. Nuno Álvares Pereira face a Castela durante a crise de 1383/1385, que permite sustentar na história o discurso independentista e a legitimação e validação, interna e externa, da dupla rutura de Portugal face a Espanha e da Casa de Bragança face a Filipe IV. Nessa “legitimidade histórica” se sustentaria também, em parte, a aclamação de um novo rei, um rei “natural”, D. João IV.

Propagandisticamente, os êxitos militares portugueses são sempre relevados e os insucessos omitidos. Acontece o mesmo no domínio da diplomacia. O regresso dos portugueses em Espanha ao seu país, muitos deles fugidos dos castelhanos, também incentivava os ânimos nacionais e servia de exemplo. As notícias sobre os insucessos das Armas Castelhanas e dos seus aliados no estrangeiro fortaleciam os ânimos dos independentistas nacionais e desalentavam os partidários portugueses de Filipe IV (que também os havia, mesmo que encapotados).

Shoemaker e Reese (1996, p. 114) dizem que as histórias jornalísticas, para serem atraentes, tendem a integrar os mitos mais proeminentes numa determinada cultura. As histórias narradas nas *gazetas* aqui estudadas são, também, narrativas míticas sobre Portugal, pois insinua-se nelas o mito da Independência de Portugal, ou seja, a pretensão de que o país deveria ser independente de Espanha e ter um “rei natural”. Nesse sentido, a evocação de personagens e acontecimentos da história de Portugal, como o herói de Aljubarrota e dos Atoleiros D. Nuno Álvares Pereira, ajuda a enquadrar o discurso. Explorando alegadas similitudes entre a situação vivida por Portugal no final do século XIV e a Restauração da Independência em 1640, usa-se a história para evidenciar a legitimidade deste último acontecimento. Observa-se, por outro lado, uma intervenção afirmativa da voz dos redatores na enunciação, sempre em torno dos objetivos propagandísticos já equacionados:

No Chiado havia um paço de figuras de cera (...) o qual representa a paz que o Cristianíssimo Rei de França fez com o Sereníssimo Rei D. João IV, nosso Senhor, cujas armas o Céu faça prosperar e em cujo favor se arme o braço divino, para que alcance tantas vitórias que iguale as do grande defensor da pátria o Santo Conde D. Nuno Álvares Pereira. (*Gazeta do Mês de Dezembro de 1641*)

É óbvia, nessa passagem, a equiparação de índole nacionalista entre a ameaça à independência do final do século XIV e a situação vivida por Portugal na década de quarenta do século XVII. Por outro lado, as referências às cerimónias com que obsequiavam os diplomatas portugueses além-fronteiras sugeriam a importância do Portugal Restaurado no contexto internacional e reforçavam a legitimidade do novo poder:

Logo alcançada a licença, com alvoroço e festa universal, entraram na Corte de Londres, acompanhados de quarenta e tantos coches, em que vinham todos os cavaleiros da Jarreteira e todos os senhores titulares. (*Gazeta do Mês de Dezembro de 1641*)

Numa época de profunda religiosidade cristã, era igualmente inevitável que a propaganda da Monarquia Restaurada associasse os atos dos conspiradores e a ascensão ao trono do novo

Rei a sinais de Deus. O mundo, quiçá para a maioria dos portugueses de Seiscentos, só fazia sentido como um espaço de intervenção constante de Deus e Deus teria agido no primeiro de Dezembro de 1640 em favor de Portugal. Consequentemente, para se construir a ideia de que a dinastia brigantina era legítima e que D. João IV era o “rei natural” dos portugueses, substituindo o rei tirano (D. Filipe III), que teria quebrado o contrato “constitucional” com os seus súbditos, a *Gazeta* associa a ação dos conspiradores e do novo rei a sinais de que Deus os favorecia, inclusivamente castigando os incrédulos. Logo no primeiro número, por exemplo, a *Gazeta* relata o episódio de desprendimento de um braço de uma figura de Cristo num crucifixo da Sé, como se fosse um sinal de que Deus estava com os conspiradores. Segundo o primeiro periódico luso, um descrente nesse suposto milagre foi castigado por Deus ao exprimir a sua dúvida durante uma conversa: caiu uma parede que só a ele matou. Dentro da mesma tática, surge a utilização, intencional ou crédula não se sabe, da seguinte notícia fantasiosa: “Na Comarca de Miranda falou um menino mudo e disse: Viva El-rei D. João IV” (*Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642*). É de dizer, no entanto, que a utilização de notícias de acontecimentos insólitos para, explorando a credulidade e religiosidade populares, reforçar a legitimidade de D. João IV, podendo ter sido, ou não, intencional, pode não ter dado resultado, já que contradizia a experiência do mundo dos próprios recetores.

Os atos em que D. João IV surge a decidir, ou a oferecer clemência, também servem a causa legitimista do novo Soberano, em especial quando são associados aos atos de outros Monarcas portugueses, nomeadamente do fundador da nacionalidade, como acontece na seguinte notícia: “Fez El-Rei Nosso Senhor mercê aos frades Bernardos da comenda de Alcobaça, assim como lha deu El-Rei D. Afonso Henriques.” (*Gazeta do Mês de Janeiro de 1642*).

A *Gazeta* também cobria acontecimentos particulares, como, no caso seguinte, o sermão de um padre que anima o povo e lhe incute respeito pela legitimidade de D. João IV com boas novas de terras distantes:

No primeiro domingo da Quaresma, na Igreja de Santo Antão o Novo, disse o padre pregador aos ouvintes que dessem graças a Deus pelas boas novas que tivemos da Índia oriental, por um correio que veio a Itália por via da Pérsia, o qual não somente dizia que El-Rei nosso Senhor estava já naquelas partes aclamado Rei, com grande aplauso até dos príncipes mouros, mas também que andavam prósperas as armas portuguesas. (*Gazeta de Março de 1642*)

A notícia anterior, ademais, demonstra a importância que o púlpito teve para a propaganda da causa da Restauração.

Ainda são relevantes para a propaganda a exaltação regular do novo rei e da nova casa real, conforme se observa na tabela atrás inserida. No entanto, essa exaltação por vezes era mais complexa, salientando-se a tripla legitimidade de D. João IV ao Trono Português:

1. Legitimidade dinástica, como sucessor de Dona Catarina de Bragança e de Dom Henrique, sucessão essa que fora interrompida pela força (a intervenção de Dom Filipe I de Portugal, II de Espanha, no país, em 1580);
2. Legitimidade de ser rei “natural”, aclamado pelos três estados da Nação Portuguesa na sua totalidade: nobreza, clero e povo;
3. Legitimidade de facto, já que era rei de facto há dois anos, assim reconhecido por outros Reis e pelos seus súbditos e igualmente obedecido por estes.

Essa tríplice legitimidade é referida, por exemplo, no protesto que o bispo de Lamego, embaixador enviado por D. João IV à Santa Sé, fez ao Papa, quando saiu de Roma sem ter sido recebido pelo Santo Padre. Esse protesto foi anunciado na primeira página e publicado na íntegra (sinal de que o bispo mantinha correspondência regular com a *Gazeta* ou, pelo menos, com alguém da Corte, que dela dava conhecimento aos redatores do periódico):

De Leão, aos 10 de Março

Esta semana, passou por esta cidade, a caminho da Corte, o senhor de la larrie-Montigni, gentil-homem do embaixador da França em Roma (...). Trouxe por novas que (...) quanto ao bispo de Lamego (...) não haveria o Papa de o receber por embaixador porque os castelhanos publicavam que estava irregular, por haver tomado armas no encontro do embaixador de Castela com ele, que é coisa galantíssima, mas que sem dúvida receberia o primeiro embaixador que tornasse de Portugal (...). Quando o ilustríssimo de Lamego, embaixador de Portugal, saiu da corte de Roma, fez um protesto a Sua Santidade nestes termos

Santíssimo Padre e Bendito Senhor:

Dom Miguel de Portugal, bispo de Lamego, representa a Vossa Santidade com este memorial, por não ter licença para o fazer ajoelhado aos pés sagrados de Vossa Santidade, como logo que os três Estados do Reino de Portugal aclamaram por Rei ao Sereníssimo Rei Dom João IV, Duque de Bragança, como sucessor universal da Sereníssima Senhora Dona Catarina, Sua Avó, usando da faculdade, que de direito lhes competia, para resolver, julgar e determinar a devida sucessão por morte do Sereníssimo Rei Dom Henrique, que falecera sem descendência. Foi ele o orador designado por aquela Majestade para, em seu nome, vir render obediência a Vossa Santidade e impetrar sua bênção apostólica. E sendo entrado nesta Cúria a 20 de Novembro de 1641, e procurando dar cumprimento à sua missão, beijando os pés sagrados de Vossa Santidade, foi ordenado fizesse informar primeiro a congregação que Vossa Santidade para tal efeito deputasse. E dando execução a esta ordem, por palavra e pró escrito, não só se não tomou resolução no substancial da aceitação desta obediência mas nem ainda se lhe permitiu chegar à presença de Vossa Santidade. Do que sendo informado a Majestade do dito Rei da desautoridade e pouca segurança com que ele orador assistia nesta Corte, houve por bem resolver que se até outro tal dia 20 do presente mês de Novembro, no qual se cumpre um ano inteiro de sua entrada nesta Cúria, Vossa Santidade não fosse servido de o admitir como embaixador ou assinalar o dia para o fazer, se houvesse por respondido e saísse de Roma, por quanto da parte de Sua Majestade se tinha (...) feito notório ao mundo tudo quanto inteiramente cumpria com a

obrigação de Rei Católico e obediente filho da Igreja Romana e Sé Apostólica, acudindo logo que foi restituído aos Reinos que de direito, e justiça clara, lhe pertenciam, e com violência lhe haviam sido usurpados, dos quais plenamente em todas as partes e membros daquela Coroa estava de posse há dois anos, jurado e obedecido, sem dúvida nem contradição, e dá a devida obediência a Vossa Santidade em Seu nome e de Seus Reinos, reconhecendo-o e venerando-o como pai universal do povo Cristão, cabeça da Igreja Católica e Sucessor do Apóstolo São Pedro, sem pedir a Vossa Santidade declaração ou confirmação do título de Rei, da qual não necessitava, nem ajuda para se defender e sustentar, nem outra coisa mais do que a bênção apostólica de Vossa Santidade. Sendo também notório que os gloriosos Sumos Pontífices predecessores de Vossa Santidade admitiram sempre as embaixadas e receberam sem contradição a obediência de príncipes possuidores de Reinos, e ainda dos intrusos, sem que jamais excluíssem nem os dos hereges e infiéis. E havendo um ano que só a este negócio assistia ele, orador, nesta Cúria, fazendo tantas instâncias e tão apertadas diligências para ser ouvido e admitido, provando com evidentes razões, exemplos e documentos a precisa obrigação que havia para ser recebida esta embaixada, não só se lhe não deferiu, mas nem ele, orador, foi ouvido, como pretendente ordinário, negando-se-lhe a entrada a Vossa Santidade ainda privadamente, para se lhe representar o escândalo e graves inconvenientes que podia resultar de assim ser tratado, dando-se com isto ocasião a se poder presumir que obravam mais com Vossa Santidade as contradições de El-Rei de Castela, que justiça e obrigação da Suprema Igreja, que não havia de atender a outra dependência mais do que à mesma justiça, sem se inclinar a probabilidades temporais em matéria meramente espiritual, qual é um ato de Rei cristão render obediência ao vigário de Cristo. Assim que havendo Sua Majestade cumprido tudo o que devia, ficava por conta dos que aconselham Vossa Santidade o haverem de dar diante do divino tribunal dos danos que se seguissem da resolução tão pouco esperada e que não podendo a reputação real tolerar mais tempo a falta de estima e pouco respeito com que é tratado publicamente, era forçoso reconhecer o desengano de que neste Pontificado não havia que esperar melhoria do agravo que se lhe tinha feito, preservando para outro a emenda e satisfação dele, pelo que com a devida reverência e humildade, prostrado de novo aos sagrados pés de Vossa Santidade, pede ele, orador, (...) se sirva Vossa Santidade de considerar com piedade paternal as demonstrações que por parte de Sua Majestade se têm feito, as desconsoações e desordens que presentemente se padecem naquele Reino, no espiritual, e os perigos e danos que podem resultar ao diante para que inclinado à sua natural piedade e justiça queira aceitar a obediência do dito Rei e Reino e lançar-lhes sua bênção apostólica. (*Gazeta do Mês de Abril de 1643*)

A notícia anterior é reveladora da revolta, mas também, possivelmente, da angústia que, em Lisboa, provocavam os fracassos das iniciativas diplomáticas portuguesas junto da Santa Sé por causa da oposição espanhola. Ao chamar a atenção para o fracasso da diplomacia portuguesa, a referida notícia, verdadeira, poderá ter provocado o desânimo nas hostes portuguesas, mas também poderá tê-las incentivado a persistirem na sua ação e no apoio à causa brigantina, cujo embaixador real e, por seu intermédio, Dom João IV, tinham sido desconsiderados, afrontados e vexados pelo Papa.

Num outro registo, nas batalhas os portugueses são quase invariavelmente aclamados como valentes e astuciosos, capazes de superarem as desvantagens numéricas graças a esses atributos:

Gazeta do Mês de Março de 1642

Aos campos de Moira vieram 300 cavaleiros e alguns mosqueteiros castelhanos e levaram quanto gado havia naquele distrito, que foram 40 mil cabeças e muitas cavalgaduras que para várias partes iam carregadas de fato. Saiu em sua perseguição o capitão Dom Henrique Henriques com a sua companhia (que era de 60 cavaleiros) e com 40 mosqueteiros. Três léguas os seguiu, embarçando-os com uma e outra carga, até que das vilas de Santo Aleixo e de Safara vieram em seu socorro 90 mosqueteiros, os quais o sargento-mor agregou aos 40 e de todos fez um batalhão, com que foi marchando meia-légua até chegar à ladeira dos vales de Aroche. Aqui deram os castelhanos três cargas sem lhe fazerem mais dano que matarem-lhe um cavalo e logo os nossos deram neles e não somente tomaram toda a presa mas também tiraram a vida a 40 homens e renderam a 14 e se retiraram vitoriosos com muitos despojos, em que havia 15 cavalos, espingardas, pistolas, carabinas, selas e vestidos. Depois de passado o conflito, vieram quatro cavaleiros castelhanos àquele mesmo posto buscar o corpo de um tenente que morrera na batalha, mas os nossos os colheram e ataram três e trouxeram o outro prisioneiro, o qual afirmou que os castelhanos, que se retiraram feridos, morreram quase todos. Houve tão horrível destroço assim de gente como de cavaleiros no exército inimigo que, diz pessoa digna de crédito, com a grande quantidade de sangue correrá vermelha a ribeira de Chaça.

Noutras ocasiões, conforme era costume na guerra de então, os portugueses conseguem presas valiosas ou sequestros de guerra suscetíveis de vir a render um bom resgate, perdendo sempre, segundo as notícias, menos homens do que o inimigo (as *Relações* de Manuel Severim de Faria, por exemplo, eram mais sinceras neste balanço entre mortos e feridos portugueses e inimigos – cf. SOUSA, coord., *et al.* 2006). Eis dois exemplos de notícias de saque e sequestros:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

O conde de Alba de Liste e o marquês de Alcanises, aos 10 de Outubro, entrarão pela vila de Ifanes e Malhadas com dois mil homens com ânimo de tomarem as munições e a artilharia que desta corte se mandava para a cidade de Miranda. Porém, os nossos prenderam-lhe junto à vila de Duas Igrejas (por onde o comboio havia de passar) o espião que lhes havia dado o alvitre e ensinado o caminho e com a sua prisão mudaram de intento e se foram. Logo chegou o comboio ao lugar de Duas Igrejas onde, com grande pressa, se recolheu (...). Fizeram os inimigos na retirada algum dano. Porém, Rui de Figueiredo de Alarcão, fronteiro-mor de Trás-os-Montes, e Pêro de Melo, capião-mor e superintendente das armas na cidade de Miranda, juntaram três mil soldados de infantaria e com cavaleiros e com dois mil soldados de infantaria mais que lhes mandou Francisco Sampaio, fronteiro-mor da Torre de Moncorvo, de que era cabo Domingos de Andrade Correia, foram a Brandilanes, a cinco léguas de Miranda, onde o inimigo estava feito forte, e depois de duas horas de batalha, ganharam a trincheira e mataram 70

homens. Os demais retiraram-se para uma igreja, onde resistiram até que os nossos puseram fogo a um barril de pólvora, para que eles cuidassem que os queriam matar e se entregassem, o que fizeram, mas ficaram mortos quatrocentos, entre os quais morreu Dom Inigo de Balandria, governador da cavalaria. Saquearam os nossos o lugar e vitoriosos com mais de 300 armas de fogo, muito fado, grande número de gado e outros muitos despojos. Da nossa parte morreram sete ou oito homens.

Gazeta do Mês de Agosto de 1645

Na nossa fronteira do Alentejo entrou Fernão Martins de Ayala, tenente do capitão Manuel da Gama, filho de Fernão Gomes da Gama, quinze ou dezasseis léguas por Castela dentro, com somente nove homens, e entre Trusilho e Mérida encontrou ao conde de inguen natural de Bruxelas, cavaleiro do Tosão, mancebo de alguns 24 para 25 anos, o qual vinha à ligeira com três criados, em mulas de aluguer, a caminho de Badajoz, a servir o cargo de general de cavalaria, porque ao barão de Molinguen havia El-Rei Católico feito mestre de campo general, e fez ao dito conde prisioneiro, trazendo-o a Elvas, de onde passou para o castelo de Belém.

Indiretamente, uma notícia conotou-se com a causa restauracionista. Trata-se da queda em desgraça do conde duque de Olivares, valido de El-Rei D. Filipe III (IV de Espanha), grande responsável pela estratégia de miscigenação forçada dos assuntos de Portugal e de Espanha que acabou por ter por consequência, entre outras, a conspiração que levou Portugal à independência e a Casa de Bragança ao trono. Os nobres portugueses envolvidos na conjura da Restauração não terão deixado de se regozijar com a notícia:

74

Gazeta do Mês de Março de 1643

De Narbonne aos ditos 4 de Março de 1643

A desgraça do conde duque de Olivares nos foi confirmada com estas particularidades. Mandou El-Rei de Castela aos 17 de Janeiro ao conde duque um bilhete escrito por sua mão pelo qual lhe mandava que para satisfação de sua consciência e a de seus povos, convinha deixar a gestão dos seus negócios. Desde aquele dia até aos 22 do mesmo mês se ocupou em dar expedição a muitos negócios em favor dos seus amigos e em queimar muitas outras cartas e papéis cuja memória queria sepultar com a de seu cargo. Aos 23 retirou a Lechez, que é um convento de religiosos, a cinco léguas de Madrid, novamente edificado pró sua mulher. Mas sendo entrado nele, teve ordem de El-Rei de não tornar a sair sem sua licença. Diversamente se fala das causas desta desgraça, porém entende-se que as principais foram o seu próprio governo e os desastrosos acontecimentos das coisas de Espanha, desde a sua incapacidade na tomada de Perpilhão à ruína do Exército de Aragão. Também se diz que o Rei da Hungria, por meio do seu embaixador em Madrid, e a duquesa de Mântua, antes governadora de Portugal, foram grande ajuda para o fazer mal visto perante o seu senhor, porque tendo a dita duquesa, por meio da Rainha de Castela, ordem para desculpar-se com El-Rei seu marido dos defeitos que lhe atribuíam, aos quais imputavam o levantamento (digamos assim) do Reino de Portugal, ela os lançou todos ao conde duque, e fez ao dito Rei de Castela a tomar mais conhecimento dos seus negócios do que antes tinha e assim pôs no lugar do dito conde duque a D. Fernando de Bórgia, gentil-homem da sua câmara, se

bem que não lhe tenha concedido tanta jurisdição [sobre os negócios do Reino, em comparação com a que teve o conde duque de Olivares].
Deve ainda sublinhar-se que a *Gazeta* não servia exclusivamente para a propaganda *tout-court*, pois também funcionava como agente de contrainformação, arrogando-se, por exemplo, o direito de desmentir alegados boatos que se teriam instalado entre o “vulgo”, enquadrado equivocadamente como uma massa amorfa e não por pessoas capazes de pensar: “(...) o vulgo (...), encaixando-se-lhe (...) na cabeça qualquer nova que ouve (...), como a da saída que, dizem, fez o inimigo de Badajoz, (...) já (...) afirmava que [o inimigo] tinha cercado Ouguela e (...) Campo Maior, como se ele não soubesse muito bem o presídio com que estas como as demais praças fronteiras estão.” (Agosto de 1645) De facto, o excerto anterior documenta que já no século XVII se tinha propagado entre as elites a ideia errónea de que as pessoas comuns são uma espécie de massa que consome a informação da mesma maneira e sem quaisquer mecanismos de defesa contra a persuasão.

Considerações finais

Este trabalho visou perceber quais as estratégias discursivas de que os redatores da *Gazeta* “da Restauração” se fizeram valer para a tornar um dispositivo de propaganda, testando, assim, o juízo de José Tengarrinha (1989, p. 38) acerca do periódico em causa.

Pode concluir-se que o periódico, efetivamente, se constituiu como uma espécie de órgão oficioso do novo regime e da Casa de Bragança, que procurava a legitimação que lhe faltava para justificar a aclamação de D. João IV como Rei de Portugal. Todavia, reduzir a *Gazeta* a esse papel é quase pejorativo, tanta e tão variada é a informação oferecida aos leitores pelo periódico (SOUSA, coord. *et al.*, 2011), mas também é inegável que, conforme se verificou, em várias das matérias publicadas nesse jornal se faz a propaganda da Restauração, direta (por exemplo, pelos elogios a D. João IV) ou indiretamente (por exemplo, através do rebaixamento de Castela, do seu Rei e dos seus aliados e pela colocação em evidência da sua alegada perfídia).

Referências bibliográficas

- BRAJOS GARRIDO, Alfonso. De los antecedentes a la conquista de la libertad de expresión. In: GÓMEZ MOMPART, Josep L. e MARÍN OTTO, Enric (Editores). **Historia del periodismo universal**. Madrid: Síntesis, 1999.
- CUNHA, Alfredo da. **Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1941.
- GÜRTLER, André. **Historia del periódico y su evolución tipográfica**. Valencia, Campgràfic, 2005.
- HAFFEMAYER, Stéphane. **L'information dans la France du XVII siècle**. Paris : Honoré Champion, 2002.
- HERCULANO, Alexandre. Gazetas III – Origens das gazetas em Portugal, **O Panorama**, 1ª série, vol. II, n.º 48, 31 de Março de 1838, p. 101-102.
- JEANNENEY, Jean-Noël. **Uma história da comunicação social. 2ª edição revista**. Lisboa: Terramar, 2003.
- SÁNCHEZ ALARCÓN, Immaculada. Evolución de la prensa en otros países europeos occidentales. In: PIZARROSO QUINTERO, Alejandro. **Historia de la prensa**. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 1994.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. A imprensa periódica, in SERRÃO, Joaquim Veríssimo **História de Portugal – A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)**, vol. V. Lisboa: verbo, 1980, p. 170-172.

- SHOEMAKER, Pamela e REESE, Stephen D. **Mediating the message. Theories of influences on mass media content.** White Plains: Longman, 1996.
- SOUSA, Jorge Pedro *et al.* **A Gazeta “da Restauração”, primeiro periódico português: Uma análise do discurso.** Volume I. Covilhã: Livros LabCom, 2011.
- SOUSA, Jorge Pedro, coord. *et al.* **A gênese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628).** Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media.** 2ª edição revista e ampliada. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.
- SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.). **Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa.** Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.
- TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa.** Lisboa: Caminho, 1989.